

2012

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 4 - N. 08
Novembro de 2012
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Juventude, política e participação

Maria José Brites
Cristina Ponte
Marcelo Baquero
Rute Baquero
Ednaldo Ribeiro
Max Stabile

Opinião

Eduardo Zauli

Resenha

Cyrana Veloso

Periódico Eletrônico do Grupo de
Pesquisa "Opinião Pública, Marketing
Político e Comportamento Eleitoral"



Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-3823

GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL

Em Debate

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

Missão

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

Coordenação:

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Conselho Editorial

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

Jornalista Responsável

Érica Anita Baptista

Equipe Técnica:

Lucas Matos Valadares

Stéfany Sidô Ventura

Parceria

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas
e Econômicas – IPESPE

Endereço

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política –

DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP: 31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: marketing-politico@uol.com.br

Twitter: @OpPublica

As opiniões expressas nos artigos são de
inteira responsabilidade dos autores.

EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política
Ano IV, Número VIII, Novembro de 2012.

SUMÁRIO

Editorial	5-7
Dossiê: “Juventude, política e participação”	
<ul style="list-style-type: none">• Pesquisando a construção da política por jovens Maria José Brites e Cristina Ponte	8-18
<ul style="list-style-type: none">• Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? Marcello Baquero e Rute Baquero	19-25
<ul style="list-style-type: none">• Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política Ednaldo Aparecido Ribeiro	26-34
<ul style="list-style-type: none">• Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa Max Stabile	35-39
Opinião	
<ul style="list-style-type: none">• Democracia e controle da administração pública no Brasil Eduardo Meira Zauli	40-48

Resenha

- **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil** **49-52**
Cyrana Borges Veloso

Colaboradores desta edição **53-54**

EDITORIAL

Juventude, política e participação

Muito se questiona sobre a atual relação da juventude com a política. Enquanto alguns argumentam que os jovens se interessam cada vez menos por política e são apáticos ao tema, outros enfatizam seu potencial transformador e apontam para o surgimento de novos padrões de participação. Procurando desmistificar esta controvérsia, a edição de novembro do periódico *Em Debate* traz à voga o Dossiê “Juventude, política e participação”, cujo intuito é analisar o modo como a atual juventude participa e se relaciona com a política, dando especial ênfase ao papel dos recursos digitais na emergência destes novos padrões de participação.

Em “Pesquisando a construção da política por jovens”, Cristina Ponte, professora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, e Maria José Brites, doutoranda pela Universidade Nova de Lisboa, tratam do debate acerca do comportamento político dos jovens. De um lado, existem aqueles que os consideram apáticos, de outro, os que partem do pressuposto de que “tudo é política” e, portanto, os jovens não estariam deixando de participar e de se interessar pelo tema. Neste artigo, as autoras procuram trazer para o debate os próprios jovens, que ganham voz e são incluídos na investigação, dando uma série de depoimentos sobre a forma como enxergam e participam da política.

No artigo “Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira?”, Marcello Baquero e Rute Baquero, professores e pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), identificam uma mudança no comportamento político dos jovens, que antes se manifestava a partir da adesão a instituições políticas tradicionais, tais como partidos políticos, sindicatos e movimentos estudantis e hoje ocorre de maneira menos convencional, mediante novas formas de participação e

ativismo político. Os autores também analisam o motivo desta mudança, apontando para uma possível relação com o sentimento de frustração da população em relação a capacidade dos políticos de melhorarem, de fato, a vida dos cidadãos.

Ednaldo Ribeiro, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá (UEM), debate o modo como os jovens participam da política. Em seu artigo “Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política?”, o autor constata, a partir de dados fornecidos pelo “Latino barômetro”, uma redução da ação política dos jovens através de formas convencionais de participação e, por outro lado, uma ampliação das formas contestatórias de mobilização. Procura debater a questão do componente geracional, e argumenta que os jovens de hoje são críticos às instituições políticas tradicionais.

Max Stabile, mestrando pela Universidade de Brasília (UNB), no artigo intitulado “Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa”, identifica um potencial transformador na nova geração (a chamada geração Y). Fortemente conectados à internet e às redes sociais, os jovens do século XXI estariam desenvolvendo um novo tipo de política. Segundo o autor, embora tenham convicção de que a democracia é a melhor forma de governo, os jovens acreditam que as instituições formais não conseguem responder às suas demandas. Por este motivo, argumenta que a idéia de descentralização incutida nos jovens a partir destas novas tecnologias (Facebook, Twitter, Youtube etc), irá produzir uma democracia cada vez mais colaborativa.

Na seção *Opinião* deste mês, Eduardo Meira Zauli, professor e pesquisador da UFMG aborda um tema bastante popular na mídia atualmente: a ação penal 470 – o processo do “mensalão”. Partindo do julgamento dos réus do “mensalão” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Zauli faz uma discussão acerca do sistema de justiça brasileiro, notadamente o

STF e o Ministério Público Federal (MPF), e seu papel no controle da administração pública no Brasil, particularmente no que tange aos crimes de corrupção.

Na seção *Resenha*, Cyrana Borges Veloso, cientista social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), apresenta o livro “Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil” de Ednaldo Aparecido Ribeiro, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá (UEM). De maneira pioneira, Ednaldo Ribeiro analisa o impacto dos valores pós-materialistas no Brasil e investiga de que maneira este fenômeno influencia na construção da democracia brasileira.

MARIA JOSÉ BRITES E CRISTINA PONTE
PESQUISANDO A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA POR JOVENS

PESQUISANDO A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA POR JOVENS¹

Researching the construction of the policy by the young

Maria José Brites

Centro de Investigação Media e Jornalismo & Universidade Lusófona do Porto (ULP)

✉ britesmariajose@gmail.com

Cristina Ponte

Centro de Investigação Media e Jornalismo & Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL)

✉ cristina.ponte@fcsch.unl.pt

Resumo: *A relação entre os jovens e a política continua a ser um tema apaixonante e também fraturante, oscilando entre discursos fatalistas, onde os jovens são tidos como apáticos, e discursos otimistas na base de que “tudo é política”. Procurando ultrapassar esta dicotomia e atentando sobre pluralidades de participação juvenil, optámos por uma investigação que privilegia as vozes dos jovens, no contexto de metodologias de investigação aprofundadas e abertas à inclusão dos mesmos na investigação.*

Palavras-chave: *Jovens e política; participação política; capital cultural*

Abstract: *The relationship between young people and politics remains a fascinating topic and also divergent, ranging from fatalistic speeches, where young people are seen as apathetic, and optimistic speeches based on the idea that “everything is politics”. Looking beyond this dichotomy and stressing the pluralities of youth participation, we chose an investigation that privileges the voices of young people in a context of depth methodologies of researches opened to the inclusion of the young people in the investigation*

Key words: *Young and politics; political participation; cultural capital*

¹ O texto foi escrito originalmente em português de Portugal e foi mantido na íntegra, sem “abrasileiramento” das expressões.

Introdução

Nas últimas décadas tem-se intensificado o debate público sobre a participação dos jovens na vida política, sobre a consciencialização dos seus direitos e sobre o papel das tecnologias nesta evolução. Cresce a percepção de que os jovens devem integrar o processo de decisão, através do incremento dos direitos, da sociedade de consumo e da concepção de que podem ter um papel ativo na formação das suas vidas (KIRBY, LANYON, CRONIN E SINCLAIR, 2003: 18). Porém, as diferenças entre a teoria e a prática são muitas vezes evidenciadas. Ainda não é claro o que está a mudar no envolvimento dos jovens nos processos de participação e quem determina a agenda da participação. Os adultos continuam a ter um papel relevante, em contracorrente com a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989 (BADHAM, 2004: 146), muito em particular nos Artigos 12.º, 13.º e 15.º. A Convenção possibilita direitos de participação a menores de 18 anos que não são traduzidos na arena política, como a possibilidade de associação política (HAMELINK, 2008, p.509).

Para Peter Levine (2007, p.11), a definição de engajamento cívico deverá incluir esforços para a promoção de políticas ou ideologias, tenham elas implicações de interesses pessoais ou não, uma vez que a sociedade seria inerte se as pessoas não promovessem os seus próprios interesses. Acrescenta, porém, que deve haver um implicativo político nessas ações. É decisivo que haja uma consciência política da participação cívica para que se reflita no coletivo e eventualmente se saia da esfera particular. Nesta mesma linha, Levine chama a atenção de que se tudo for considerado político, a população facilmente pode dizer que é ativa (2007, p.3).

Embora saibamos ser impossível encontrar uma definição cabal do que são os limites da política, é essencial mantermos algumas balizas. “Apesar de uma definição inclusiva de política ter um valor muito importante, é perigosa

se conduzir à conclusão banal de que ‘tudo é político’” (BUCKINGHAM, 2006, p.34). Isabel Menezes, pesquisadora da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), (2007, p.51) considera que entender a participação nos seus requisitos mínimos - associados a votar, pagar os impostos e aceitar/deixar que os políticos decidam a política - é ilibar os cidadãos desse papel. Nesta opção, a democracia pode ficar mais fraca, pobre de espaços de ação cidadã. Pelo contrário, pode-se entender a participação num outro patamar, através do estabelecimento de espaços de responsabilidade cívica por via do diálogo. As propostas da cidadania convencional e da cidadania não convencional não têm de se excluir uma à outra.

Os *media*, tradicionais e não tradicionais, têm impacto nas rotinas e no carácter das culturas cívicas (DAHLGREN, 2009, p.105) e potenciam também uma leitura e ação crítica sobre esses mesmos *media* e sobre a sociedade envolvente. A utilidade da mediação destes fatores, designadamente a internet, é uma condição integrante do conceito de cultura cívica e também de um certo *habitus* cívico, recuperando o contributo de Pierre Bourdieu (DAHLGREN, 2010, p.6). Assim, ao *habitus* teríamos inevitavelmente de agregar a capacidade de o indivíduo se emancipar das estruturas adjacentes, capacidade que está relacionada com a interação social, a retórica, a aptidão para organizar e criar *lobbies* e de definir o que é politicamente relevante (DAHLGREN, 2006, p.273). No fundo, todos estes fatores são elementos integrados de um certo grau de literacia requerido para que se possa tirar partido das imensas potencialidades dos *media*, em particular da internet sob um ponto de vista participatório.

A internet veio criar novos horizontes e possibilidades de conexão, aprendizagem e participação, mas será que está a criar uma nova geração de jovens com apetências para participar na sociedade? Quando Tapscott

designou *Net Generation*, *Millennials* ou *Generation Y*, referia-se aos que nasceram entre 1977 e 1997 (2009, p.16) e que sentiam a tecnologia como o ar que respiravam. O conceito foi amplamente transportado e acolhido por todo o mundo, mas Tapscott referia-se a nascidos nos Estados Unidos e mesmo aí não considerava suficientemente a posição social desses jovens (BUCKINGHAM, 1998). Como a pesquisa comparada revela, a possibilidade de atribuímos estas designações geracionais independentemente dos contextos revela-se falaciosa, uma vez que as gerações são condicionadas por fatores estruturais, entre eles políticos, socioeconómicas e culturais, para além das próprias infraestruturas tecnológicas e das condições de acesso, como os locais onde se acede, os meios de que se dispõe ou a frequência dessa prática. Quando observamos consumos e usos da internet por adolescentes e jovens nos seus lares, constatamos como reafirmam capitais sociais e familiares (BRITES, 2010; JORGE, BRITES E FRANCISCO, 2011; PONTE, 2011). Por tudo isto, importa a produção de um conhecimento sustentado sobre os matizes da participação política de jovens e como intervêm os usos das tecnologias.

Notas metodológicas

Neste artigo tiramos partido de uma investigação qualitativa, em fase de conclusão, sobre o lugar das notícias na construção do comportamento cívico de jovens. O grupo de jovens que se constituiu para a análise tem em comum serem no momento da constituição do grupo os que mais participavam nos seus espaços de exercício da cidadania. Eram assim jovens cujas construções identitárias pessoais eram feitas tirando partido das implicações da construção através da participação. Entre eles, encontramos jovens líderes partidários, jovens que se empenham nas atividades das suas escolas, jovens de zonas socialmente desfavorecidas que procuram ter alguma intervenção nessa

mesma comunidade ou fora dela, e jovens envolvidos em atividades de participação não tradicional. Procurou-se conhecer as suas práticas de participação e o que os motiva, envolvendo-os também na própria pesquisa, auscultando-os em diferentes tempos, aprender com eles mas também devolver-lhes informação e favorecer o seu autoconhecimento.

A amostra é composta por 35 jovens (32 entre os 15-18 anos; um de 14 anos e dois de 21 anos) com níveis e formas de participação diferenciadas (juventudes partidárias, jornais escolares, grafitis, música, Parlamento dos Jovens, assembleia de bairro de habitação social) e com *backgrounds* familiares diversos sob o ponto de vista da escolaridade dos pais. Numa primeira fase, em 2010, foram realizadas 35 entrevistas semiestruturadas subordinadas a temas como participação, consumo noticioso e mediático e produção de notícias. No início de 2011, logo a seguir às eleições Presidenciais, foram entrevistados 30 desses jovens. As entrevistas, igualmente semiestruturadas, centraram-se nas motivações para participar e consumir notícias (incluindo a auscultação do que consideravam que deveriam ser as notícias para jovens), na cobertura noticiosa das eleições e na envolvência familiar. No final desse ano, foram realizados grupos de foco (tradicionais e participatórios, ou seja, nestes foi-lhes pedido que fizessem pequenas entrevistas a outros jovens) com 15 jovens, centrados nas notícias, na participação e nas motivações. Neste processo longitudinal, chegámos assim a um “núcleo duro” de 15 jovens auscultados em diferentes momentos e com um forte envolvimento na pesquisa, e temos contributos de outros 20 jovens, que participaram na pesquisa de forma menos intensa.

Entre os 35 jovens, estão a ser identificados perfis tendo como base as razões do consumo de notícias (em geral e de política), as formas autoreportadas de participação e as representações sobre papel democrático do jornalismo. Incidiremos sobre um deles, *Consumo versátil de notícias e*

preocupação com o bem comum. Agrega sete jovens (3=F; 4=M), que participaram em todas as fases da pesquisa.

Numa ambivalência que também ocorre noutros perfis, entre estes sete jovens encontramos dois contextos promotores de participação. Por um lado, a expectável existência de um capital económico, social e cultural, mas não aplicável a todos. Por outro, um *habitus* cívico, reforçado por um capital cívico construído entre família ou entre amigos, que é relevante e que potencia a participação, mesmo entre os que não são detentores de capital económico tão elevado.

Entre este grupo de jovens mais ativos politicamente, procuramos explorar as suas práticas a fim de averiguar como e porque são ativos na sua participação, se são capazes de se autonomizar sob o ponto de vista das tecnologias (apesar de elas não serem por si só suficientes) e em formas de participação identificadas como tal. Assim, incidimos na seguinte hipótese: *A participação política juvenil duradoura e orientada para o bem comum reflete um conjunto articulado de variáveis: uma intensa procura de informação, formas de participação tradicional e não tradicional e o domínio de técnicas de comunicação, como o uso do digital.*

Um círculo virtuoso facilita a participação duradoura

Neste grupo, encontram-se jovens que dependem de informação (entendida como poder) e que, em simultâneo, demonstraram grande vontade de participar e de implementar ações em prol da comunidade, em diferentes níveis (do local ao nacional) e tipos de participação (tradicional e não tradicional). Caraterizam-se pela procura ativa de informação noticiosa através de vários canais, desde os tecnológicos (televisão, jornais de referência, internet) até aos amigos, familiares e grupos que saem da sua esfera pessoal.

MARIA JOSÉ BRITES E CRISTINA PONTE
PESQUISANDO A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA POR JOVENS

“Comecei desde cedo a ver notícias por influência da minha avó. Depois, comecei a gostar e a ter a minha opinião.” (Carlos, 17 anos, entrevista 1)

“Ao informar-me, eu vou ter conhecimento e vou poder realizar o meu trabalho e as minhas ações com aquilo que vi e sei efetivamente. Informação é sempre poder. Ao estarmos mais informados, somos mais capazes de uma participação ativa na sociedade” (Carla, 15 anos, entrevista 1)

“A informação é a base de tudo. É poder. Ter informação é estar à frente, é ter vantagem. A nível de notícias tento informar-me o mais o que posso, nos jornais online, às vezes quando não tenho paciência ou não tenho tempo ou não tenho um computador perto para ver notícias ou não tenho jornal, às vezes vou ao telefone [celular] e alguém me está a relatar o que está a acontecer ou o que houve nesse dia. Às vezes chego a esse cúmulo! A nível de informação, é importante. Eu vejo quando falho dois ou três dias de informação, parece que estou noutra mundo!. Tenho de estar informado. Às vezes falam de assuntos e eu não saber fica muito mal. Tenho essa pressão.” (Joaquim, 18 anos, entrevista 1)

Há uma continuidade nas formas de participação destes jovens (associação de estudantes, partidos políticos, voluntariado, nos *media* tradicionais e não tradicionais). Encaram a política nas suas múltiplas dimensões e a discussão da informação política é alargada. O ciclo social da informação sai, por isso, reforçado, como podemos ver com a resposta da Natércia (membro de partido político e oriunda de uma família de ativistas políticos, com de baixa escolaridade e capital económico).

“A nossa concepção de política é bastante alargada, a política não é apenas a Assembleia da República e fazer uns debates na televisão. Conversar na escola com um amigo que diz que a sande de queijo está muito cara no bar, isto é política, porque demonstra uma capacidade de criticar o que está à volta que é difícil ter. A minha ação é sempre integrada, não consigo despir a camisola, a militância está sempre lá, eu tenho as coisas integradas, não deixo de ser comunista.” (Natércia, 18 anos, entrevista 1)

Neste grupo, o acesso e o uso das tecnologias digitais (mais consolidado até no uso ao longo do tempo) não constitui um problema, mas

pode sofrer mudanças. Por exemplo, uma das entrevistadas, declarou-nos num dado momento não querer ter uma participação ativa nas redes sociais mas anteriormente tinha declarado ter tido um blogue e que obtinha informação noticiosa na internet, inclusive para a usar nas ações do partido. Anotamos que é muito diferente optar por não usar os meios digitais mas ter a capacidade e a possibilidade de o fazer e não ter esses meios (inclusive por questões financeiras) ou capacidade para os usar além das funções de contacto e de divertimento, como acontece noutra dos perfis encontrados. A internet assume-se para quase todos como um espaço diferenciado que serve propósitos diferentes e objetivos particulares, como podemos ver nestes dois comentários sobre as potencialidades políticas do Facebook:

“O Facebook é importantíssimo. Aliás, a comparação do Facebook com o blogue, há 3 anos que tenho 60 seguidores do blogue e no Facebook tenho para aí 10 pessoas a convidarem-me e à AE [associação de estudantes]! É uma forma de simplificar essa troca e simplificação da informação. Lá está, é uma rede social! As coisas não aparecem em primeira mão, muitas vezes os meus amigos comentam a atualidade política e eu também.” (Lito, 17 anos, entrevista 1)

“Como pró-atividade colocar uma notícia no Facebook. No outro dia fiz isso [a propósito do casamento homossexual] e estive três horas a responder a comentários. Fiz um comentário simples de duas ou três linhas, entraram logo dois comentários, eu fui respondendo, e a entrar num debate online, com pessoas que eram minhas amigas no Facebook, viram o comentário e responderam. Até chegamos a combinar um café para discutirmos aquilo.” (Joaquim, 18 anos, entrevista 1).

Deixando pistas para análises que escapam a este círculo virtuoso mais restrito, anotamos que noutros perfis e noutras formas de participação menos formais encontramos esta noção de que a existência de um interesse por uma forma de participação específica e continuada no tempo pode ser potenciadora de um maior engajamento e também de uma maior utilização da

internet. Há exemplos diversificados entre jovens na produção de músicas, na ação junto de ONG e ainda através de voluntariado.

Notas finais

A hipótese enunciada de que há um conjunto articulado de variáveis associadas a uma participação em prol do bem comum confirma-se nas suas três vertentes. Na necessidade de procura intensa de informação útil para ação social, na variedade no tempo de formas complementares de participação e, por último, no domínio de técnicas de comunicação, incluindo as digitais.

Pensar a participação tradicional pode, deste modo, também significar refletir sobre a participação mais alargada, ainda que com cuidado ao identificar o que pode ser político. Um traço comum a estes jovens é o facto de terem uma forte componente de participação tradicional em partidos políticos, embora considerem a participação de forma alargada, configurada nos lugares quotidianos onde se movimenta o cidadão comum. Encaram a informação como espaço de poder que facilita a atuação política e são capazes de usar as técnicas de comunicação digitais de forma reforçada e além das ações de contacto e de entretenimento.

As formas de participação juvenil não estão apenas dependentes das novas tecnologias nem dos capitais adjacentes. Há um acumular de camadas de elementos que potenciam formas de participação e que podem incluir formas de sociabilidade que partem dos núcleos mais restritos de *habitus cívico* (família e amigos) para núcleos mais abertos (pessoas anónimas que não se conhece). Nesta ponte, é importante ter em consideração que o facto de os jovens se considerarem com possibilidades de escolha e com voz, no sentido de poderem decidir os seus processos de participação, é uma importante forma de empoderamento, validando a discussão sobre os direitos de

participação. A internet é uma ferramenta reforçadora deste capital, mas não exclusiva da ação.

Há, por vezes, um olhar negativo sobre os mais politizados no sentido restrito do termo e em especial os que atuam em partidos políticos. Neste artigo procurámos desmistificar esse conceito olhando para um grupo de jovens altamente politizados mas capazes de pensar a política de forma abrangente e tendo como objetivo contribuir para a melhoria dos seus espaços quotidianos. Há várias culturas participativas juvenis e dentro das diferentes tribos há ainda espaço para diversidade de olhares. Por isso, há muita investigação a fazer entre os mais politizados e também entre os menos restritos na forma de participação.

Referências

- BADHAM, B. "Participation - for a change: Disabled young people lead the way." *Children & Society* 18(2), 2004, 143-154.
- BRITES, M. J. "Jovens (15-18 anos) e informação noticiosa: a importância dos capitais cultural e tecnológico". *Estudos em Comunicação*, n.º 8, dezembro, 2010b. <http://www.ec.ubi.pt/ec/08/pdf/EC08-2010Dez.pdf>
- BUCKINGHAM, D. "Review Essay: Children of the Electronic Age? Digital media and the new generation rethoric." *European Journal of Communication* 13(4), 1998, p.557-565.
- BUCKINGHAM, D. *The Making of Citizens: Young People, News and Politics*. Londres e Nova Iorque: Taylor & Francis e-Library, (2006 [2000]).
- DAHLGREN, P. "Opportunities, Resources, and Dispositions: Young Citizens' Participation and the Web Environment." *International Journal of Learning and Media* 2 (1), 2010.
- DAHLGREN, P. "Doing citizenship: The cultural origins of civic agency in the public sphere." *European Journal of Cultural Studies* 9(3), 2006, 267-286.
- HAMELINK, C. J. Children's communications rights: beyond intentions. *The International Handbook of Children, Media and Culture*. Drotner, Kristen and Livingstone, Sonia. Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura: Sage, 2008.
- JORGE, A., BRITES, M. J., FRANCISCO, K. "Contactar, entreter, informar: um retrato da inclusão digital de jovens e seus familiares em Portugal" *Observatorio (OBS*)* 5, 3, 2011, p.101-131.
- KIRBY, P., LANYON, C., CRONIN, K. e SINCLAIR, R. *Building a Culture of Participation: Involving children and young people in policy, service planning, delivery and evaluation*. Londres: Department of Education and Skills, 2003.
- LEVINE, P. *The Future of Democracy: Developing the Next Generation of American Citizens*. Medford, Tufts University Press, 2007.
- MENEZES, I. *Participação Cívica e Política*. Porto: FPCE-UP, 2007.

MARIA JOSÉ BRITES E CRISTINA PONTE
PESQUISANDO A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA POR JOVENS

PONTE, C. “Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes”. *Sociologia - Problemas e práticas*, 65, 2011, p.31-50.

TAPSCOTT, D. *Grown Up Digital: How the Net Generation is Changing Your World*. Nova Iorque, Chicago, São Francisco, Lisboa, Londres, Madrid, Cidade do México, Milão, Nova Deli, San Juan, Seul, Singapura, Sydney, Toronto, McGraw-Hill, 2009.

NOVOS PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA?

New patterns of youth political participation in the Brazilian democracy?

Marcello Baquero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

✉ nupesal@yahoo.com.br

Rute Baquero

Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (NUPEAL/UFRGS)

✉ rutevivanb@gmail.com

Resumo: Nos últimos anos o governo brasileiro tem se empenhado no sentido de fortalecer a institucionalização dos valores democráticos no país. Contudo, os escândalos de corrupção e a desigualdade social e política, têm reforçado a frustração da população, principalmente dos jovens, em relação à possibilidade de melhoria na qualidade de vida. Pesquisas demonstram que os jovens têm perdido a fé na capacidade dos governos para resolver os problemas do país e participam cada vez menos das instituições políticas tradicionais. Este artigo procura identificar os novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira.

Palavras-chaves: Democracia; participação política; jovens

Abstract: In the last years Brazilian government has been engaged in strengthening the institutionalization of democratic values. However, corruption scandals and social and political inequality have reinforced the frustration of population, mostly the young people, relative to the possibility of ameliorate the life quality. Researches demonstrate that the young people have lost faith in the ability of government to solve the country's problems and they participate less and less of the traditional political institutions. This article seeks to identify the new patterns of political participation of the young people in Brazilian democracy.

Key words: Democracy; political participation; young people

Nos últimos anos se observa um esforço do governo brasileiro para institucionalizar uma base normativa de crenças e valores em relação à democracia. Contudo, os escândalos de corrupção nos governos e os efeitos da desigualdade social e política têm reforçado a frustração da população, principalmente dos/as jovens, em relação à possibilidade de melhoria na qualidade de vida (saúde, educação, moradia e segurança).

Essa frustração se manifesta nas percepções da juventude, expressas em pesquisas de opinião realizadas nas últimas décadas (Latinobarômetro, World Values Survey e LAPOP). As pesquisas demonstram que os/as jovens têm perdido a fé na habilidade e capacidade dos governos para resolver os problemas do país. Assim, apesar dos avanços institucionais que ocorreram, continua a existir no país uma lacuna: a participação política dos jovens não tem se traduzido em participação social. Tal situação é considerada normal na vertente teórica agregativa, *vis-a-vis* uma perspectiva deliberativa social que destaca a necessidade de proporcionar oportunidades iguais para todos. A abordagem liberal-democrática, hegemônica na Ciência Política, privilegia a análise do regime em detrimento da dimensão social, a partir de uma concepção sobre a democracia, unidimensional e elitista. Nessas condições, se tem negligenciado a análise a respeito de como os cidadãos, neste caso a juventude, constrói suas representações sociais sobre a política e como essas representações se naturalizam ao longo do tempo. De maneira geral, os jovens não se sentem representados nos discursos ou nas políticas públicas, não participam nem debatem temas-chave de natureza política, segundo dados da UNESCO.

Nesse contexto, como os jovens estruturam sua cultura política? Há um declínio do seu envolvimento na política? Há atualmente mais apatia nos jovens do que no passado? Está em andamento o desenvolvimento de formas alternativas de político? Que padrões de participação política os jovens

atualmente exibem?

Dados recentes do IBGE (2010) revelam que os jovens, entre 15 e 29 anos, representam 26,9% da população brasileira. O conhecimento de seus padrões de participação política em face de sua expressão numérica é fundamental, uma vez que suas orientações e atitudes políticas podem, ou não, conferir legitimidade ao sistema político, contribuindo para a estabilidade de um sistema democrático.

O tema da participação assume centralidade no debate político, uma vez que, conforme destaca Della Porta (2003), a etimologia do conceito de política remete à participação. Conceito polissêmico, a participação política tem sido conceituada como envolvendo ações “simples” (como votar em eleições) até ações, analítica e conceitualmente, mais complexas e que são denominadas de não convencionais, ou seja, estão à margem das atividades socialmente aceitas (por exemplo, o uso da violência para alcançar determinados objetivos). Em anos recentes, tem se acrescentado a participação comunitária como dispositivo alternativo de pressão dos gestores públicos, tendo em vista a ineficácia do uso de modalidades de engajamento convencional e não convencional.

Estudos empíricos sobre participação têm apontado para o declínio ou para a estabilização das formas convencionais de participação política (PUTNAM, 2003) e para a ampliação das modalidades não convencionais (NORRIS, 2007), bem como para as iniciativas de caráter comunitário (BAQUERO, no prelo). Um aspecto paradoxal em relação a esta questão é que, ao mesmo tempo em que se constata o fortalecimento da democracia formal, observa-se uma crise de mediação política, a qual se expressa num crescente e gradual afastamento dos jovens da arena política via qualquer mecanismo existente, apontando para a desilusão dos jovens com a política.

Esse desencanto da juventude com a política pode ser explicado pela

profissionalização da política, que passa a ser uma esfera instrumental, pragmática, baseada num cálculo das relações entre meios e fins, podendo gerar, por parte dos jovens, reações de rechaço ao sistema ou de despolitização e apatia. No entanto, a fraca motivação para a participação formal não implica que os jovens não continuem a marcar presença nos canais informais de participação.

Por outro lado, novas formas de participação e ativismo político têm caracterizado a participação política não convencional, que se materializam nos novos movimentos sociais (movimento ecológico, movimento contra racismo, movimento feminista, entre outros). Este tipo de participação vem aumentando entre a população juvenil, envolvendo os jovens em atividades promovidas por organizações não governamentais.

A pertença associativa é sem dúvida uma dimensão essencial da participação juvenil. Vida associativa intensa é sinal da existência de capital social. Coleman (2000) concebe capital social como relações e sistemas que se estabelecem entre os atores que têm interesse comum, servindo para facilitar as atividades de cooperação que favorecem os envolvidos. A categoria capital social leva a explorar a infraestrutura da sociedade, composta de elementos que promovem os indivíduos e a coletividade, baseada na participação em organizações sociais, atitudes, cooperação e confiança entre os membros do grupo ou da comunidade.

Há uma relação estreita e de influência mútua entre participação e capital social: o grau de participação pode ser considerado como efeito ou resultado da magnitude de capital social que possui uma comunidade, ao mesmo tempo em que as experiências de cooperação ou de participação podem se constituir numa reserva de capital social.

Um fator comum fundamental entre participação e capital social – é o comportamento cooperativo. A quantidade de capital social disponível influi

na capacidade de atuar cooperativamente. Dessa forma, quanto maior for o índice de capital maior será a participação da comunidade na resolução de problemas comuns, em função de uma maior capacidade de ação coletiva. No entanto, dados sobre a participação juvenil comunitária sugerem que esta é ainda reduzida, sendo preponderantemente orientada para associações de natureza expressiva, tais como participação em atividades esportivas e culturais do que para atividades voluntárias com influência social e política.

Neste contexto, estudos parecem indicar a emergência de um novo paradigma de participação juvenil, com a gestação, por parte dos jovens, de novos modos de organizar a vida cotidiana, com uma forte negação institucional e de parâmetros político-ideológicos. Conforme Souza (1999), observa-se presentemente, entre os jovens, uma insurgência juvenil contra o instituído, questionadora do valor da política moderna. Há uma tendência crescente ao descrédito institucional.

Krauskopf (2000), analisando a questão da participação social da juventude, chama a atenção para as mudanças provocadas pela globalização e a modernização, referindo que as políticas e programas de juventude necessitam considerar, como eixos estratégicos, a visibilização positiva dos jovens e sua participação protagônica, com o abandono do adultocentrismo.

Segundo a autora, a mudança paradigmática revela-se em diferentes dimensões relacionadas com a participação juvenil. A constituição das identidades coletivas passa de parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos (velho paradigma) para parâmetros ético-existenciais (novo paradigma), com a orientação da transformação pessoal como estratégia para influenciar mudanças nas condições da vida coletiva e a atuação local para atingir mudanças globais, com metas palpáveis a curtos e médios prazos em estruturas horizontais flexíveis, que respeitem a diversidade e a participação de todos no novo paradigma.

Pode-se afirmar que os jovens percebem a política hoje, diferentemente dos jovens de décadas passadas, em termos práticos, de forma mais associada com possibilidades de recompensas individuais que com ideais e identificações coletivas.

Em síntese, parece ser possível afirmar que outra relação com a política vem se (re)desenhando junto a juventude, marcada por traços de participação política, que vão na contramão do apoio à política institucionalizada e se encaminham na construção de um novo paradigma, baseado não mais em parâmetros socioeconômicos e político-ideológicos, mas em parâmetros ético-existenciais, nos quais a mudança pessoal faz parte da mudança coletiva.

Não se trata de reforçar o discurso corrente de que os jovens não participam, contrapondo a representação de um jovem politizado (décadas de 1960 e 1970) à representação atual de um jovem alienado e desinteressado. A base do fenômeno da não participação juvenil envolve uma crise de sentido da qual os jovens são sujeitos e na qual a oferta social, as organizações “para” jovens não possuem um sentido pertinente que os leve a se organizar e deles participar. Conforme assinala o Diálogo Nacional para uma Política Pública da Juventude (2006), as formas de participação presentes no Estado e na sociedade são frequentemente percebidas pelos jovens como muito distantes de sua realidade cotidiana, constituindo sua exclusão não somente um problema do próprio jovem, mas do conjunto da sociedade.

Referências

- BAQUERO, M. *Capital social e democracia na América Latina*. No prelo.
 DELLA PORTA, D. *Introdução à Ciência Política*. Lisboa. Editorial Estampa, 2003.
 KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S (coord.) *La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo*. Buenos Aires. CLACSO, 2000.
 NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: STOKES, S. *The Oxford handbook of comparative politics*. Disponível em; <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boix&stokes-chap26.pdf>. Acesso em 19/10/2012

MARCELLO BAQUERO E RUTE BAQUERO
NOVOS PADRÕES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS JOVENS NA DEMOCRACIA
BRASILEIRA?

PUTNAM, R. *El declive del capital social*. Barcelona. Galaxia Guttenberg, 2003.

SOUZA, J.T.P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo. Hacket editores, 1999.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE: MUDANÇA NO PADRÃO DE RELACIONAMENTO ENTRE OS CIDADÃOS E A POLÍTICA?

Political participation and youth: a change in the pattern of relationship between citizens and politics?

Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
✉ ednaldorip@uol.com.br

Resumo: Pesquisas recentes têm apontado a ocorrência de um refluxo nas formas convencionais de ação política ligada as instituições representativas e a ampliação nas ocorrências de formas contestatórias de mobilização. Autores têm identificado um componente geracional nessas mudanças, sendo os jovens mais críticos às instituições tradicionais e mais propensos ao engajamento em formas de protesto. O presente artigo procura testar essa hipótese no cenário brasileiro a partir da série histórica de dados disponibilizada pelo Latino barômetro.

Palavras-chaves: Participação política; juventude; protestos políticos

Abstract: Recent researches have pointed the occurrence of a reflux in the conventional forms of political action linked to representative institutions, and the increase of the occurrence of contestatory forms of mobilization. Authors have identified a generational component in these changes, being the young people more critical with the traditional institutions and more inclined to the engagement in protests. This article seeks to test this hypothesis in Brazilian scene from the historical data series available by Latinobarómetro.

Key words: Political participation; youth; political protests

Os termos participação e política, apesar de etimologicamente ligados (DELLA PORTA, 2003), foram objetivamente dissociados nas modernas democracias representativas. A participação passou a ser vista mais como um insumo da democracia, desempenhando a função de constituição do corpo político por meio dos processos eleitorais. Ainda assim, a participação continua relevante

no que diz respeito ao controle e fiscalização da autoridade política, à demanda por bens públicos e à proposição de questões públicas. Indicativa dessa relevância é a atenção dispensada pela moderna Ciência Política às diferentes formas de atuação política dos cidadãos em democracias consolidadas (MILBRATH, 1965; BOOTH E SELIGSON, 1978; AXFORD, 1997), mas também nas chamadas jovens democracias (RIBEIRO E BORBA, 2011).

Recentes pesquisas têm apontado um quadro aparentemente contraditório no qual se verifica, ao mesmo tempo, o refluxo de algumas modalidades de engajamento dos cidadãos e crescimento de outras. Por um lado, estaria ocorrendo em nível mundial o declínio ou estabilização das formas convencionais de envolvimento político ligado as chamadas instituições representativas da democracia liberal, tais como a filiação partidária, sindical e comparecimento eleitoral (DALTON E WATTENBERG, 2001; PUTNAM, 2003; DALTON, 2009). Por outro, tem se verificado a ampliação de modalidades denominadas de contestatórias ou relacionadas ao protesto político, como manifestações, passeatas, bloqueios de tráfego, ocupações, boicotes e abaixo-assinados (DELLA PORTA, 2003; INGLEHART E CATTERBERG, 2002; NORRIS, 2007; WELZEL, INGLEHART E DEUTSCH, 2005; CATTERBERG, 2004; DALTON, 2009). Algumas dessas investigações têm revelado que o protesto vem sendo utilizado freqüentemente por diferentes públicos como ferramenta política para influenciar decisões governamentais (NORRIS, 2007; MEYER E TARROW, 1998; MACADAM, TARROW E TILLY, 2001).

Alguns autores identificaram um componente geracional nessa mudança no padrão de cidadania política, ao constatar nos jovens menor envolvimento com instituições tradicionais e maior engajamento em modalidades relacionadas ao protesto político (INGLEHART E WELZEL, 2009; DALTON, 2009). Dalton (2009) identificou que, entre o público norte-americano, o comparecimento eleitoral e a filiação partidária são maiores entre os mais velhos e que a participação

em boicotes e manifestações é mais freqüente entre os mais jovens. Inglehart e seus colaboradores, por sua vez, têm afirmado que entre as novas gerações têm ocorrido com mais intensidade o fenômeno da mudança cultural em direção à adoção de valores pós-materialistas, os quais seriam acompanhados por um desejo de maior participação ativa na política e pela crítica às instituições formais de representação (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; INGLEHART E WELZEL, 2009).

É justamente sobre esse componente geracional da mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política que esse texto pretende refletir. A partir da apresentação de alguns dados atitudinais e comportamentais, procuramos verificar brevemente se a hipótese geracional possui consistência no contexto brasileiro.

Participação convencional

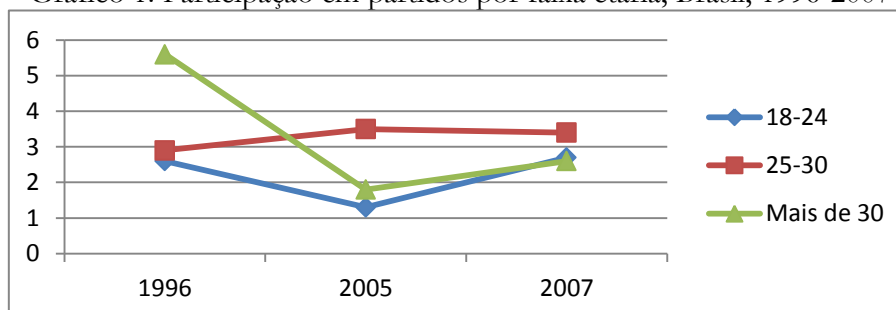
Como já apontamos, autores tem defendido a tese de que uma nova geração de cidadãos estaria adotando um novo padrão de envolvimento político mais crítico e contestatório.. A primeira dimensão dessa novidade seria composta pela rejeição crescente das formas de atuação política ligadas às tradicionais instituições representativas. Para verificar se de fato isso ocorre no cenário nacional nos concentramos, assim como Dalton (2009) inicialmente sobre uma instituição central à democracia: os partidos políticos.

Utilizando a série histórica de dados do Latino barômetro, o Gráfico 1 apresenta os percentuais de participação para três faixas etárias (de 18 a 24, de 25 a 30 e mais de 30). Esses dados corroboram apenas parcialmente a hipótese em questão, pois ocorre redução no envolvimento apenas no estrato dos maiores de 30. Os dois estratos mais jovens expressam estabilidade, ainda que os percentuais sejam bastante reduzidos. Todavia, o que nos interessa de maneira mais direta é a redução nas diferenças entre os estratos. Em 1996 os menores de 30 anos de fato

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE: MUDANÇA NO PADRÃO DE RELACIONAMENTO
ENTRE OS CIDADÃOS E A POLÍTICA?

apresentavam envolvimento partidário menor, todavia, essa diferença se reduz drasticamente em 2007.

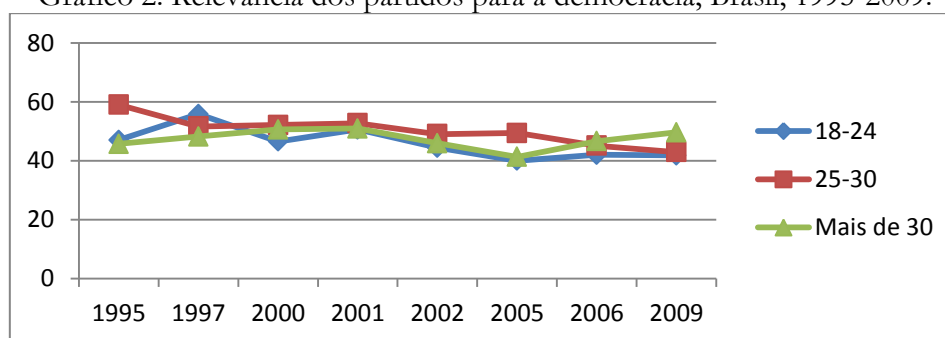
Gráfico 1. Participação em partidos por faixa etária, Brasil, 1996-2007



Fonte: Latinobarômetro.

Para além dessa variável comportamental, o Latinobarômetro também oferece uma interessante medida atitudinal sobre a percepção dos entrevistados sobre a relevância dos partidos para a democracia. No Gráfico 2 podemos encontrar os percentuais de concordância com a afirmação de que não pode haver democracia sem partidos. Assim como na variável anterior, não verificamos queda acentuada nessa avaliação dos partidos. Entre os mais velhos podemos verificar inclusive uma leve subida no percentual. O mais relevante para a nossa discussão, todavia, é a redução das diferenças entre os estratos.

Gráfico 2. Relevância dos partidos para a democracia, Brasil, 1995-2009.

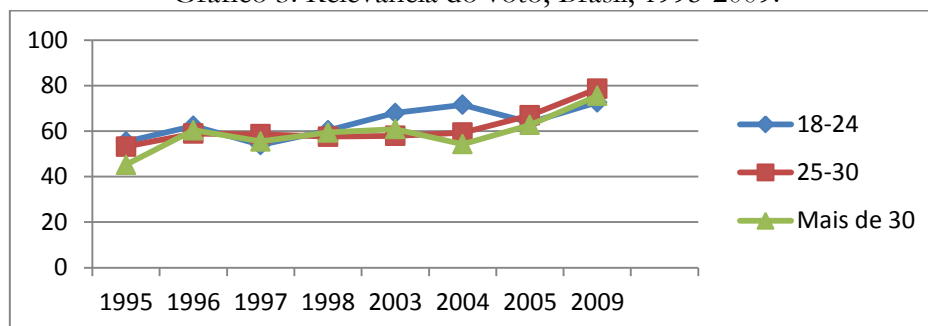


Fonte: Latinobarômetro.

Ligada diretamente também à dimensão representativa da democracia moderna que estaria sendo questionado por essa suposta cidadania crítica com seu componente geracional, temos o voto. O Gráfico 3 apresenta informações sobre a percepção dos entrevistados sobre a relevância dessa instituição e, novamente, não

conduz à conclusão de que exista um declínio na sua valorização e, o que é mais importante aqui, não releva diferenças significativas entre os grupos de idade selecionados.

Gráfico 3. Relevância do voto, Brasil, 1995-2009.



Fonte: Latinobarômetro.

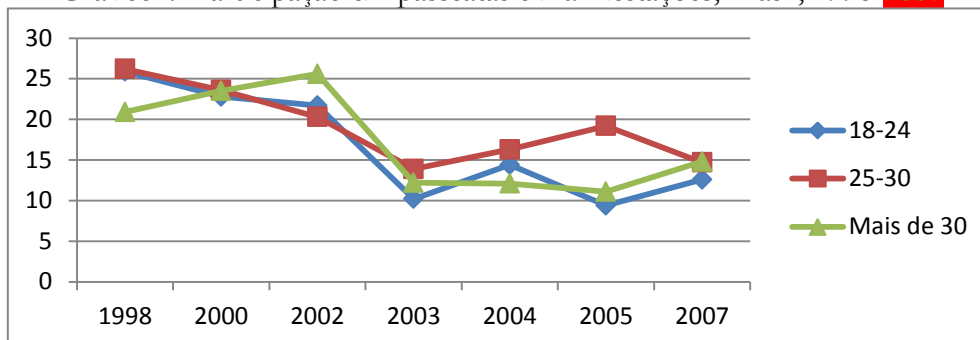
A partir dessa breve exposição de dados podemos concluir que no contexto nacional não parece se sustentar a hipótese da maior rejeição das modalidades tradicionais de envolvimento político entre os jovens, uma vez que os percentuais revelam padrões muito semelhantes entre os estratos etários.

Participação contestatória

A segunda dimensão do suposto novo padrão de cidadania diz à emergência de uma cidadania crítica e contestatória mais fortemente entre os mais jovens. O Gráfico 4 apresenta os percentuais de envolvimento em passeatas e manifestações e demonstra novamente que não existem diferenças expressivas e entre os estratos de idade, diferentemente do que Dalton (2009) encontrou entre os norte-americanos. De forma geral podemos perceber uma redução no envolvimento nessa modalidade, porém ele atinge as três faixas, fazendo com que em 2007 os percentuais sejam muito próximos.

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE: MUDANÇA NO PADRÃO DE RELACIONAMENTO
ENTRE OS CIDADÃOS E A POLÍTICA?

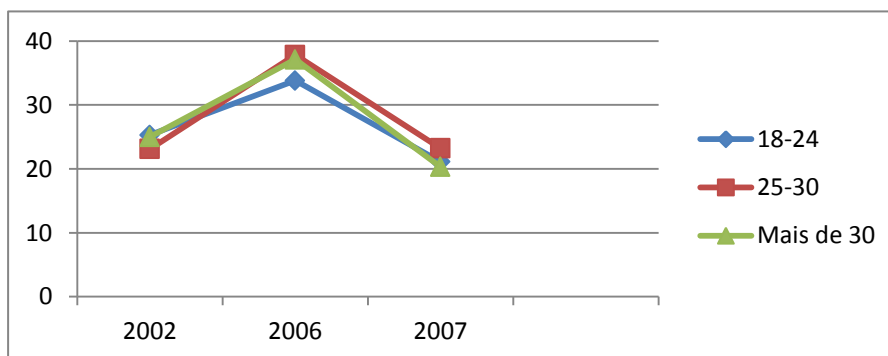
Gráfico 4. Participação em passeatas e manifestações, Brasil, 1998-2007



Fonte: Latinobarômetro.

O mesmo ocorre com a assinatura de abaixo-assinados (Gráfico 5), modalidade também incluída no rol de formas de contestação (INGLEHART E WELZEL, 2009; DALTON, 2009; RIBEIRO E BORBA, 2011). Há considerável oscilação nos percentuais entre os três períodos cujos dados se encontram disponíveis, porém os três estratos apresentam o mesmo comportamento, ou seja, os percentuais de envolvidos em cada faixa etária são muito próximos.

Gráfico 5. Participação em abaixo-assinados, Brasil, 2002-2007

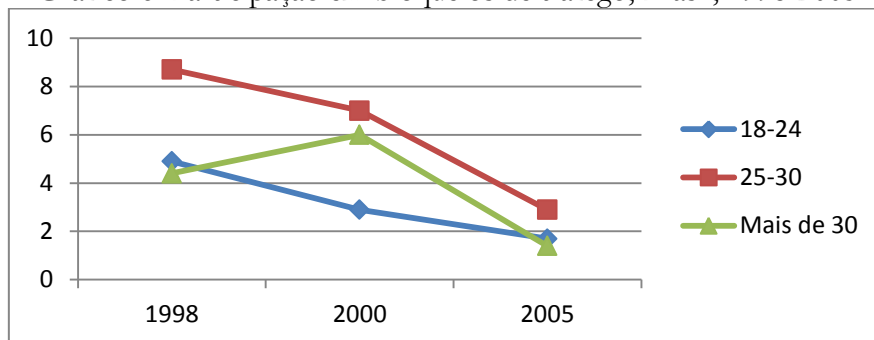


Fonte: Latinobarômetro.

As diferenças começam a aparecer quando caminhamos para o que podemos chamar de formas mais “radicais” de contestação, como o bloqueio de tráfego e a ocupação de edifícios ou fábricas. Na primeira modalidade (Gráfico 6) o grupo dos que possuem de 25 a 30 anos em 1998 apresentavam percentual consideravelmente superior aos demais estratos. Todavia, contrariando novamente a hipótese aqui em

discussão, em 2005 (última informação disponível sobre esse tema) novamente ocorre a reunião dos três estratos em patamares muito próximos.

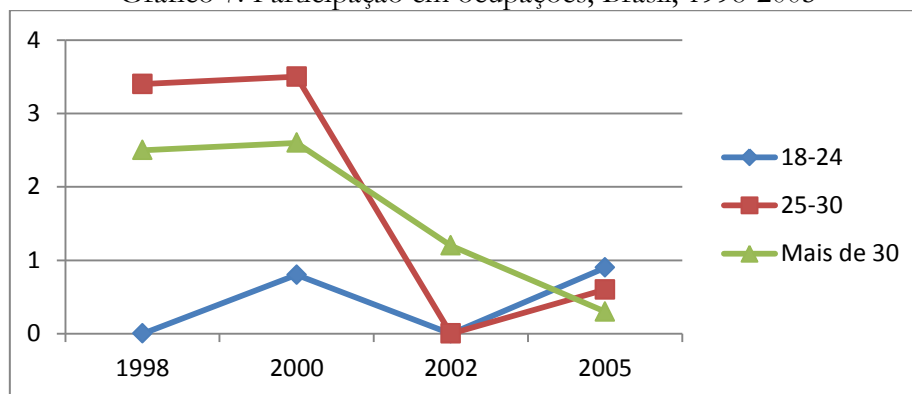
Gráfico 6. Participação em bloqueios de trânsito, Brasil, 1998-2005



Fonte: Latinobarômetro.

Algo semelhante ocorre quanto às ocupações (Gráfico 7), pois os jovens de 25 a 30 anos começam com o maior percentual (é preciso relativizar esse “maior”, pois os percentuais são todos muito reduzidos nessa modalidade). Com o decorrer do tempo, entretanto, ocorre queda importante no envolvimento nessas ações e todos os estratos passam a apresentar menos de 1 ponto percentual.

Gráfico 7. Participação em ocupações, Brasil, 1998-2005



Fonte: Latinobarômetro.

Assim como na seção anterior, a sucinta exposição desses dados não corrobora a hipótese do maior envolvimento jovem nas modalidades de contestação. Ainda que em alguns casos o estrato intermediário parte de níveis de

engajamento maiores, os dados mais recentes caminham para a homogeneidade entre as diferentes faixas etárias.

Considerações finais

Apesar de pesquisadores apresentarem evidências consistentes sobre uma mudança geracional no padrão de participação em algumas democracias consolidadas (INGLEHART, 2001; INGLEHART E WELZEL, 2005; DALTON, 2009), esse não é um fenômeno verificável entre o público brasileiro, pelo menos até o momento coberto pelos dados disponíveis. Comparando as frequências de comportamentos e algumas atitudes de distintas faixas etárias do público nacional, não foram encontradas diferenças importantes, o que nos leva a conclusão de que não podemos falar de uma juventude mais crítica em relação às formas convencionais de envolvimento ou mais engajada em modalidades ligadas ao protesto político.

Referências

- AXFORD, B., et al. *Politics: an introduction*, London, Rutledge, 1997.
- BOOTH, J. & SELIGSON, M. A. *Political participation in Latin America*. Vol. 1: Citizen and State. Holmes & Meyer Publishers, 1978.
- CATTERBERG, G. Evaluations, referents of support, and political action in new democracies. In: *International Journal of Comparative Sociology*, vol. 44, 2004, 173-198.
- DALTON, R. J. & WATTENBERG, G. M. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DALTON, R.J. *The Good Citizen: How A Younger Generation Is Reshaping American Politics*, revised edition. Washington, DC: Congressional Quarterly Press, 2009.
- DELLA PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.
- INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the development trend the post-honeymoon decline. In: *International Journal of Comparative Sociology IJCS*, vol. 43, n.3-5, 2002.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano*. São Paulo: Francis, 2009.
- INGLEHART, R. *The silent revolution*. Princeton, Princeton University Press, 1977.
- _____. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- _____. *Modernización y post modernización: El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: CIS/Siglo XXI, 2001.

EDNALDO APARECIDO RIBEIRO
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDE: MUDANÇA NO PADRÃO DE RELACIONAMENTO
ENTRE OS CIDADÃOS E A POLÍTICA?

- McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MEYER, D.; TORROW, S. *The social movement society: contentious politics for a new century*. Lahnhan: Rowman & Littlefield, 1998.
- MILBRATH, L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.
- NORRIS, P. *Democratic phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- PUTNAM, R (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.
- RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participación y democracia en América Latina: los determinantes individuales de la participación política. *Foro Internacional*, v. 204, p. 34-67, 2011.
- WELZEL, C.; INGLEHART, R., DEUTSCH, F. S. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic'Payoff? In: *Journal of Civil Society*, Vol. 1, No. 2, 2005.

JOVENS E NOVAS TECNOLOGIAS: EM BUSCA DE UMA DEMOCRACIA COLABORATIVA

Youth and new technologies: in search of a collaborative democracy

Max Stabile

Universidade de Brasília (UNB)

✉ me@maxstabile.com

Resumo: Esta nova geração de jovens extremamente conectados e que utilizam todas as novas Tecnologias de Informação e Comunicação irá desenvolver um novo tipo de política. A idéia da não mediação e descentralização que estas novas tecnologias estão acostumando a estes jovens produzirá a longo prazo uma política cada vez mais colaborativa.

Palavras-chaves: Democracia colaborativa; tecnologia; jovens

Abstract: This new generation of young people extremely connected that use all the new Information and Communication Technologies will develop a new kind of politics. The idea of non-mediation and non-decentralization that these new technologies are accustomed to these young people will produce long-term policy increasingly collaborative.

Key words: Collaborative democracy; technology; young people

Analisar o comportamento político das novas gerações é buscar pistas para entender como se darão algumas transformações nas relações políticas vindouras. Se hoje há críticas que apontam que o nosso sistema político, bem como as democracias ocidentais, de um modo geral, sofrem com algum tipo de crise, parece fundamental, portanto, entender como os jovens estão percebendo e enfrentando esse desafio.

Parte destas críticas apontam características como a apatia política da população, uma forte desconfiança das instituições públicas e que o sistema representativo realmente não reflete os interesses da população.

Para Norris (1999, 2011) o que está acontecendo é um déficit democrático nas sociedades ocidentais, pois os cidadãos possuem cada vez mais a convicção de que a democracia é a melhor forma de governo, mas acreditam que as instituições formais não conseguem corresponder às suas expectativas. A autora argumenta que essa posição crítica é reflexo da secularização e do processo de burocratização do Estado, que podem ser observados no declínio de autoridades tradicionais, organizações religiosas e, principalmente, no enfraquecimento das instituições tradicionais da política, como os partidos e sindicatos.

Inglehart (1999) corrobora a idéia e afirma que não é um declínio da participação, mas uma questão de desatualização dos mecanismos utilizados pelos pesquisadores para mensurar esses fenômenos. O cidadão não tem mais a mesma postura na vida política como há 30 ou 40 anos. O cidadão crítico, das sociedades pós-modernas é, ao mesmo tempo, mais individualista e participa na construção de idéias mais fragmentadas e específicas.

Ao mesmo tempo em que estas mudanças ocorrem, populariza-se no mundo uma nova ferramenta, que permitirá uma mudança na maneira como se dá a interação humana: a internet e todo o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. O resultado é um sentimento crescente nestas sociedades de quebra de hierarquias e de descrédito nas autoridades formais de sempre. A internet pode ser a ferramenta que dá vazão a esse novo perfil da sociedade, por permitir um novo meio de interação social e política. Obviamente os jovens são atores fundamentais nesse processo; nasceram e em muitos casos são promotores dessas mudanças.

A disseminação da internet no mundo fez com que as coisas mudassem: descobriu-se que era muito mais fácil e barato prover conteúdo do que se imaginava. Assim, nasceu o mundo onde múltiplos canais de

informação coexistem em um espaço aparentemente anárquico. Este mundo foi chamado de Web 2.0.

O mundo 2.0 é muito mais que um conjunto de novas ferramentas disponíveis. São ferramentas que possibilitam um novo tipo de agir. É a ação que não espera um espaço próprio, cria o seu; não espera um canal de TV para divulgar o seu filme, posta no YouTube; não espera grandes jornais e editoras descobrirem novos escritores, abre um blog; não espera ligar para todos os amigos para contar alguma novidade, posta no Facebook. Essa nova geração, expoente desse novo tipo de agir, é a geração que - bem ou mal - não gosta de esperar por nada. É rápida, ágil e, principalmente, conectada.

Além de ágil, essa capacidade de comunicação transversal da Web 2.0 possibilitou um ambiente descentralizado de construção do conhecimento e o desenvolvimento de uma inteligência coletiva. Ao mesmo tempo em que várias pessoas postam sobre a sua vida pessoal em redes sociais, elas podem escrever sobre o que sabem em fóruns (quem nunca consultou algum fórum de tecnologia ou de saúde?) e podem dar sugestões em vários outros temas. Esta idéia chama-se colaboração. A internet proporcionou essa nova forma de ver e pensar o mundo, um mundo colaborativo e sem mediação controlando sobre o que será produzido e comunicado.

E essa forma de pensar o mundo tem reflexos. Alguns mais evidentes que outros. Na esfera política as evidências são sutis, mas seus impactos podem ser imensos. Afinal, toda uma nova geração está se formando nesta perspectiva de não mediação e descentralização. Os impactos sociais irão além da comunicação informacional; eles atingirão a produção do conhecimento, a indústria de entretenimento (vide Youtube com seus vídeos vistos por milhares de pessoas), a educação (a existência de diversos vídeos-aula sobre diversos temas), e, especialmente, a política.

Com relação à política, chegamos a um dilema: o que é a nossa política atual, senão um sistema mediado para a condução do governo e da formulação das políticas públicas? Mais ainda, como poderá sobreviver esse sistema de mediação para toda uma geração cada vez menos acostumada a vivenciar isto em seu dia-a-dia?

Jovens não estão sendo apáticos em relação à política. Esta nova geração está buscando outras formas de participar e de interagir com a sociedade. Estão buscando formas colaborativas (e coexistentes), utilizando-se principalmente das novas tecnologias para esse fim.

Jovens programadores e engenheiros que, normalmente, não fogem ao estereótipo de pessoas tímidas, usualmente não conseguem se articular e participar das esferas tradicionais de participação política: partidos, assembléias, reunião de comitê, etc. Aliás, que pessoa comum que não seja imbuída de uma forte motivação política consegue? Esses jovens foram capazes de se articular para desenvolver um grande movimento nacional que busca a transparência e fiscalização das ações públicas, como o “Transparência Hacker”. Estes jovens buscam, sistematicamente, fazer com que toda e qualquer ação do governo seja cada vez mais transparente e fiscalizada. São jovens que criticam a falta de prestação de contas e a baixa oferta por informações públicas por parte de políticos, partidos e instituições políticas tradicionais. Clamam por mais e melhor *accountability*. Desenvolvem aplicativos para que a população possa fiscalizar e reutilizar os dados que foram extraídos das páginas (em um modelo 1.0) dos governos. Promovem encontros durante finais de semana em que passam horas a fio em frente a um computador programando. Querem mais transparência, querem mais participação e, sobretudo, mais democracia.

Há 20 anos, seria impossível imaginar que um grupo de jovens fosse entrar em alguma repartição pública, pedir todos os dados disponíveis de

licitações e contratações públicas e simplesmente disponibilizar isso de forma organizada e analisada para a população. Pois, dessa maneira, estes jovens estão mudando a forma de se ver e pensar política.

Se o Estado aproveitar esta nova forma de pensar, terá a oportunidade de criar novas instituições e remodelá-las, como resposta ao crescente descrédito da população. Será capaz, também, de desenvolver políticas públicas que de fato atendam à necessidade da população, pois ela estará participando na sua construção. A tônica deste novo pensamento é a colaboração. A linha é tênue e dependerá do Estado; se ele será capaz de transformar em cooperação as reclamações e fiscalizações destes jovens do século XXI.

Referências

- INGLEHART, R. Post modernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (Ed.). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- NORRIS, P. *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Democratic Deficit: critical citizens revisited*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DEMOCRACIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Democracy and control of public administration in Brazil

Eduardo Meira Zauli

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

✉ emzauli@gmail.com

Resumo: *Após a condenação/absolvição pelo Supremo Tribunal Federal dos réus da Ação Penal 470, o processo do Mensalão, resta à corte a definição das penas. O resultado preliminar do julgamento do Mensalão indica um avanço, alcançado em âmbito judicial, do controle sobre a Administração Pública no Brasil. Este artigo busca analisar o papel dos órgãos do sistema de justiça brasileiro, sobretudo o Supremo Tribunal Federal e o Ministério Público Federal, no controle sobre a Administração Pública, particularmente no que tange aos crimes de corrupção.*

Palavras-chave: *Mensalão; administração pública; corrupção*

Abstract: *After the condemnation/absolution by the Brazilian Supreme Court of the defendants of the prosecution 470, the process of Mensalão, remains to the Court the definition of the penalties. The preliminary outcome of the Mensalão's judgement indicates a progress, achieved in the judicial sphere, in the control of the public administration in Brazil. This article seeks to analyze the role of the organs of brazilian justice system, specially the Supreme Court and the Federal Public Ministry, particularly relative to the corruption crimes.*

Key words: *Mensalão; public administration; corruption*

Encerrada no Supremo Tribunal Federal (STF) a etapa relativa à condenação/absolvição dos réus da Ação Penal 470, o processo do “Mensalão”, resta à Corte a definição das penas, a publicação do acórdão da sua decisão e o julgamento de eventuais embargos apresentados pelos advogados de defesa. O passo seguinte é a execução das penas atribuídas aos réus condenados. O que só deve ocorrer a partir de 2013.

O episódio do “Mensalão” e o protagonismo do STF e do Ministério Público Federal (MPF) nesse julgamento devem ser vistos no contexto de um sistema de *checks and balances*, presente no ordenamento institucional brasileiro, sob a forma de uma rede de instituições estatais que operam no sentido do estabelecimento de controles recíprocos sobre agentes públicos: daquilo que o saudoso Guillermo O'Donnell chamava de “*accountability* horizontal”.

De fato, ao longo dos últimos anos não resta dúvida de que os diferentes órgãos do sistema de justiça brasileiro, do qual são partes o STF e o MPF, têm contribuído sobremaneira para uma maior efetividade do controle sobre a Administração Pública, particularmente no que tange aos crimes de corrupção¹.

Entre outros, o resultado preliminar do julgamento do “Mensalão” indica um avanço, alcançado em âmbito judicial, do controle sobre a Administração Pública no Brasil. Eis aí um aspecto importante do funcionamento dos sistemas democráticos, já que o controle da burocracia pública é uma das condições necessárias para a existência de governos responsivos às preferências de seus cidadãos.

¹ No âmbito do nosso ordenamento jurídico o crime de corrupção está tipificado nos artigos 317 (corrupção passiva) e 333 (corrupção ativa) do Código Penal. Em ambos os casos, tratam-se de crimes contra a Administração Pública, ora praticados por funcionário público (corrupção passiva), ora por particular (corrupção ativa). Assim, é crime de corrupção passiva:

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

§ 1º - A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º - Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa.

É crime de corrupção ativa:

Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12.11.2003)

Parágrafo único - A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Não por acaso, dado seu caráter endêmico no sistema político brasileiro, dos vários crimes imputados aos réus do processo do “Mensalão” na denúncia apresentada pelo órgão do MPF um deles, o de corrupção, tem sido objeto de grande interesse por parte da opinião pública.

Na esfera judicial, o ato de corrupção pode ser tratado como crime comum e/ou como ato de improbidade administrativa, sendo que uma das diferenças mais importantes entre esses dois tipos de enquadramento legal é que, em se tratando de ação penal, deve-se observar os comandos constitucionais relativos ao foro por prerrogativa de função; já no tratamento do ato de corrupção como improbidade administrativa, as ações judiciais têm início em primeira instância tanto na Justiça Federal quanto nas estaduais.

É importante observar o quanto a tramitação e o resultado do processo do “Mensalão” no âmbito do STF contrariaram uma percepção um tanto difusa junto à opinião pública, no sentido de que o foro por prerrogativa de função é um mero privilégio de que desfrutam certos agentes públicos e um estímulo à impunidade.

Foram julgados 37 réus; 18 foram condenados por todas as imputações; seis foram condenados por pelo menos uma imputação; e 13 foram absolvidos integralmente. Nove dos condenados dispunham da prerrogativa de foro por exercício de cargo ou mandato eletivo no âmbito do STF. Diante de tais dados, pode-se pensar que tinha toda a razão Victor Nunes Leal, personagem de inequívocas credenciais democráticas e ex-ministro do STF aposentado compulsoriamente durante o período da ditadura militar quando afirmou:

(...) a jurisdição especial, como prerrogativa de certas funções públicas, é, realmente, instituída, não no interesse pessoal do ocupante do cargo, mas no interesse público do seu bom exercício, isto é, do seu exercício com o alto grau de independência que resulta da certeza de que seus atos venham a ser julgados com plenas garantias e completa imparcialidade. Presume o legislador que os tribunais de maior categoria tenham mais isenção para

julgar os ocupantes de determinadas funções públicas, por sua capacidade de resistir, seja a eventual influência do próprio acusado, seja às influências que atuarem contra ele. A presumida independência do tribunal de superior hierarquia é, pois, uma garantia bilateral, garantia contra e a favor do acusado. (LEAL, 1962, p. 25-26).

Outra percepção também muito difundida junto à opinião pública, que merece questionamento a partir do resultado do processo do “Mensalão”, diz respeito à relação entre a fórmula institucional adotada no Brasil para o provimento de vagas no STF (nomeação pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal; Art. 101, § 1º da Constituição da República) e as manifestações dos ministros no âmbito dos processos. Refiro-me à presunção acolhida por muitos de que os ministros do STF tendem a comportar-se como *agents* perante aqueles dois *principals* que participaram diretamente de sua condução ao cargo ministerial, o que permitiria a antecipação de seus votos em casos como o do processo do “Mensalão”.

A propósito, é muito significativo que dos onze ministros que participaram do julgamento do “Mensalão”, oito foram nomeados por Presidentes da República filiados ao Partido dos Trabalhadores (seis nomeados por Lula e dois nomeados por Dilma Rousseff). O relator do processo do “Mensalão”, Joaquim Barbosa, e o revisor Ricardo Lewandowski, ambos nomeados por Lula, proferiram votos profundamente divergentes com relação à maioria dos réus e das imputações a eles atribuídas na denúncia do MPF. O ministro José Antonio Dias Toffoli (nomeado por Lula), frustrou expectativas de muitos, ao condenar José Genuíno, ex-presidente e Delúbio Soares, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, pelo crime de corrupção ativa. Apenas Lewandowski e Dias Toffoli inocentaram o Deputado Federal João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, da acusação de corrupção passiva. José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil da Presidência da

República e homem-forte do governo Lula foi condenado pelo crime de corrupção ativa com a ajuda dos votos dos ministros Joaquim Barbosa, Rosa Weber (nomeada por Dilma Rousseff), Luis Fux (nomeado por Dilma Rousseff), Carmen Lúcia (nomeada por Lula) e Ayres Britto (nomeado por Lula), e por formação de quadrilha, com a ajuda dos votos de Joaquim Barbosa, Luis Fux e Ayres Britto. O ministro Cezar Pelluso (nomeado por Lula), antes de se aposentar, votou pela condenação de João Paulo Cunha e Henrique Pizzolato.

Essas considerações remetem à problemática da determinação do comportamento decisório dos juízes, e o episódio do “Mensalão” ilustra quanto certas expectativas com relação ao teor dos votos dos ministros do STF e certos prognósticos acerca das decisões judiciais em geral são frágeis. E tal questão pressupõe, por si só, uma concepção da função judicial distinta daquela de Montesquieu, que admita que os juízes não sejam simplesmente a *bouche de la loi*. Uma vez superada uma concepção executória da função judicial, obra da crítica ao formalismo jurídico, a discricionariedade ou segundo Mauro Cappelletti (1984), a criatividade judicial torna-se um aspecto da atividade judicial amplamente reconhecido. Daí o surgimento de diferentes abordagens do comportamento judicial, muito bem sintetizadas na afirmação de James L. Gibson de que: “Em suma, as decisões dos juízes são uma função do que eles preferem fazer, temperada pelo que eles pensam que deveriam fazer, mas constrangida pelo que eles percebem que é viável fazer” (GIBSON, 2006, p. 515,516).

Admitida a interferência da subjetividade dos juízes nos processos de tomada de decisão de que participam, não se pode perder de vista, porém, a existência de fatores que limitam sua incidência sobre as decisões judiciais. Assim, nas diferentes sociedades nas quais nos deparamos com a existência de um sistema judiciário - um complexo de estruturas, procedimentos e funções

mediante o qual o sistema político realiza a função fundamental de aplicação das normas na resolução de conflitos de interesses -, se fazem presentes um conjunto de expectativas, valores e atitudes que definem aquilo que se chama de “papel judiciário” que, como nos lembra Alberto Marradi, envolve

(...) a convicção dos juízes de terem de decidir as contendas de acordo com as normas e/ou as decisões precedentes, e não segundo as opiniões pessoais sobre o que seria justo ou oportuno no caso; o fato de que efetivamente muitos juízes decidem grande parte dos litígios deste modo, que quase todos crêem fazê-lo de algum modo e que, praticamente, todos de comportem como se o fizessem; a pública expectativa – de que os juízes estão conscientes – de que as pendências sejam decididas deste modo, baseada sobre a convicção que devem sê-lo. (MARRADI, 1992, p.1161).

Ainda que a Corte tivesse decidido por unanimidade quanto à punição dos réus, provavelmente ouviríamos vozes discordantes que insistiriam na defesa dos acusados e em sua inocência. Daí a importância do caráter colegiado, e não monocrático, da decisão condenatória proferida pelo STF; e a felicidade de termos hoje na suprema Corte do país uma maioria de ministros nomeados por presidentes petistas.

Diante de eventuais críticas ao resultado do julgamento do “Mensalão”, no sentido de sua deslegitimação, deve-se lembrar que nas sociedades democráticas contemporâneas consagrou-se a fórmula institucional de atribuir-se ao Poder Judiciário, como um *tertius*, a resolução de controvérsias de interesses/direitos entre partes, com base nas normas reconhecidas como válidas. Contudo, em geral o juiz que profere uma decisão não pode contar com o consenso entre as partes relativamente ao conteúdo da sua decisão (e não nos esqueçamos da natureza penal do processo do “Mensalão”). Daí a necessidade de um fundamento outro da legitimidade de suas decisões, através da observância de determinados procedimentos que dão vida ao processo judicial, que tem entre suas principais características, todas elas voltadas para a

garantia da imparcialidade do juiz na resolução de controvérsias e da sua legitimação perante o conjunto dos cidadãos (GUARNIERI, 1996, 2004):

- 1) O princípio do juiz natural, segundo o qual os conflitos entre partes devem ser decididos por juízes independentes e imparciais pertencentes a órgãos judiciários criados previamente à ocorrência da conduta a ser julgada, o que veda a criação de tribunal de exceção; e com base nas regras de competência consagradas no ordenamento jurídico.
- 2) O princípio do contraditório, que assegura às partes, com base em normas e precedentes judiciais, a apresentação de provas e testemunhas de sua versão dos fatos.
- 3) O princípio da passividade ou da inércia do juiz, segundo o qual o órgão judicial só presta a tutela jurisdicional mediante provocação.
- 4) A decisão com base em normas preexistentes.

Não me parece que o STF tenha violado quaisquer desses procedimentos no julgamento do “Mensalão”. Mesmo a alegada supressão de instância, no caso daqueles réus que não dispõem da prerrogativa de foro, não procede, já que a decisão do STF em julgá-los funda-se nas regras processuais brasileiras, que admitem a conexão e continência como determinantes da reunião de diferentes ações, para julgamento em conjunto, a fim de evitar a existência de sentenças conflitantes. “Não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do co-réu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados” (STF - Súmula nº 704 - 24/09/2003).

Logo em seguida à sua condenação por formação de quadrilha pelo STF, o ex-ministro José Dirceu divulgou uma nota na qual declarou, entre outras coisas, que iria acatar a decisão da Corte, que aqueles que votaram pela sua condenação negaram-lhe a presunção de inocência e que “os autos falam por si mesmo”.

Ora, a essa altura dos acontecimentos mesmo José Dirceu deveria ter aprendido que nunca esteve acima da lei e que, portanto, não lhe resta

alternativa, senão cumprir o que decidiu o STF. Com relação à presunção de inocência, registre-se que se adota no Brasil um modelo de processo penal de tipo acusatório definido por Ferrajoli como

(...) todo sistema processual que tem o juiz como um sujeito passivo rigidamente separado das partes e o julgamento como um debate paritário, iniciado pela acusação, à qual compete o ônus da prova, desenvolvida com a defesa mediante um contraditório público e oral e solucionado pelo juiz, com base em sua livre convicção (FERRAJOLI, 2002. p. 452).

Nesse caso, o juízo penal é o *actum trium personarum*, sendo que o exercício da jurisdição depende da acusação formulada por órgão ou pessoa distinta do juiz e todo o processo deve desenvolver-se em contraditório, perante o juiz natural. O que significa que a imparcialidade do juiz termina no momento em que profere uma decisão, na qual pode decidir a favor de uma parte e em detrimento de outra.

Quanto à declaração de que os autos fariam por si mesmos em sua defesa, reitero que a aplicação das normas jurídicas requer todo um esforço interpretativo por parte do juiz e que a melhor hermenêutica jurídica reconhece a intervenção de sua subjetividade, ainda que submetida a certos controles, na função jurisdicional.

Para finalizar, registro a impressão de que a ação penal proposta pelo MPF no âmbito do STF não deixa de ser indicativa da baixa efetividade de certos órgãos de fiscalização e controle vinculados aos poderes Legislativo e Executivo e que fazem parte da rede de instituições de *accountability* horizontal e de controle sobre a Administração Pública no Brasil. A propósito, pode-se indagar sobre as razões que impediram que os ilícitos apurados no inquérito da Polícia Federal e nas investigações do Ministério Público fossem detectados por instituições como o Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União.

Seja como for, a decisão do STF pela condenação da maioria dos réus do “Mensalão” suscita a expectativa de que não se repitam os lamentáveis episódios investigados, denunciados, publicizados durante o julgamento do processo e punidos pela decisão majoritária dos ministros do STF.

Referências

- BRASIL. *Código Penal*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 26/10/2012.
- BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=87387&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20Rcl%20/%20473%20-%20primeira>. Acesso em 26/10/2012.
- BRASIL. *Supremo Tribunal Federal*. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=704.NUME.%20NAO%20S.FLSV.&base=baseSumulas>. Acesso em 26/10/2012.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Giudici Legislatori?* Milano: A. Giuffrè, 1984.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- GIBSON, James L. In: RHODES, R.A.W., BINDER S. A. and ROCKMAN, B. A. (eds.). *The Oxford Handbook of Political Science - Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GUARNIERI, Carlo. *Giudiziari, Sistemi*. In: ISTITUTO DELL'ENCICLOPEDIA ITALIANA, Enciclopedia del Novecento, Suplemento III, ROMA, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 2004.
- GUARNIERI, Carlo. *Magistratura*. In: ISTITUTO DELL'ENCICLOPEDIA ITALIANA, Enciclopedia delle Scienze Sociali, ROMA, Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1996.
- LEAL, Victor Nunes. Recl. 473, rel. Min. Victor Nunes Leal, j. 31.01.1962, DJ06.06.1962.
- MARRADI, Alberto. Sistema Judiciário. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. e PASQUINO G. *Dicionário de Política*. Brasília: Edunb. 1992.
- O'DONNELL, Guillermo. *Accountability horizontal e novas poliarquias*. Lua Nova, nº 44, pp. 27-53, 1998.

VALORES PÓS-MATERIALISTAS E CULTURA POLÍTICA NO BRASIL

Post-materialistic values and political culture in Brazil

Cyrana Borges Veloso

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)

✉ cyrana.veloso@gmail.com

O livro “Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil”, escrito por Ednaldo Aparecido Ribeiro, doutor em sociologia, professor e pesquisador da Universidade Estadual de Maringá, analisa de forma pioneira o impacto dos valores pós-materialistas no Brasil. Ribeiro investiga em que medida esse fenômeno pós-materialista se verifica em nosso contexto e como ele influencia em nossa construção da democracia.

De forma geral, em seus dois primeiros capítulos ele se concentra em discutir obras e autores importantes para o entendimento dos conceitos centrais do problema de investigação do livro, a cultura política e o pós-materialismo.

No primeiro capítulo, Ribeiro discute teorias e metodologias sobre cultura política. Esta é, para o autor, “a presença ou ausência de orientações, atitudes e crenças dos indivíduos que vivem sob um determinado sistema político”.

Apesar de indicar a existência de uma longa gama de teóricos que contribuem para essa discussão, ele se ocupa sobretudo em debater o estudo intitulado *The Civic Culture* de Almond e Verba que, segundo Ribeiro, teve papel relevante para a institucionalização do termo cultura política. Ademais,

aponta críticas na teoria de modelo de cultura política proposta por esses autores. Críticas como a suposta linha comparativa adotada pelos autores, que tomaram como base a democracia liberal adotada na América do Norte e no regime político britânico, como sendo modelos ideais.

Ao final do primeiro capítulo, Ednaldo Ribeiro se dedica a apontar estudos nacionais importantes, surgidos depois da década de oitenta, acerca do assunto, realizando uma revisão bibliográfica sobre o que se produziu no Brasil sobre o tema.

No segundo capítulo, ele trás à voga a obra *“The Silent Revolution”* (1977) de Inglehart, apresentado como vanguardista no que diz respeito ao apontamento de fatores subjetivos para o funcionamento de sistemas políticos. Pesquisas realizadas por Inglehart salientaram uma paulatina mudança de um amplo conjunto de normas, valores e prioridades individuais, chamada pelo autor de uma *‘síndrome de valores pós-materialistas’*, que estaria acontecendo a nível mundial. Esta seria uma síndrome positiva, uma vez que essas mudanças de valores indicam a necessidade de novas demandas, participação e o desenvolvimento de uma cidadania mais ativa e crítica.

Uma das teses sustentadas por Inglehart é de que, nas sociedades pós-industriais, constituídas a partir do século XX, as novas condições sociais e econômicas que asseguraram uma relativa sobrevivência material, direcionaram as pessoas a outras preocupações e interesses, como a elevação do número de indivíduos interessados em política.

É também interessante observar a teoria do desenvolvimento humano formulada por Inglehart, que afirma que uma cultura política congruente com a forma democrática estaria relacionada à mudança pós-materialista.

Nos capítulos que se seguem, que são de caráter mais empírico, o autor usa como base os dados do projeto *World Values Survey* (WVS), coletados no Brasil na década de noventa. O projeto, dirigido por Inglehart, trata de uma investigação sobre mudanças socioculturais e políticas. Para tal, amostras

foram coletadas em várias nações. Na pesquisa realizada no Brasil, em 1997, contabiliza-se a participação de aproximadamente 1149 entrevistados.

Utilizando os dados de diferentes fontes, Ribeiro situa o Brasil como imerso na síndrome de valores pós-materialistas, apontando a transição dos brasileiros de materialistas para pós-materialistas. Ribeiro indica, também, disposição pró-democracia no Brasil, até mesmo com uma tendência de aumento dessa disposição com o passar do tempo.

Utilizando dados coletados não só nas quatro ondas do WVS (1981, 1990, 1995 e 2000), como também dados de 1974 do projeto Political Action, Ribeiro afirma que Inglehart e Welzel mostram que o percentual de pessoas que afirmaram estarem envolvidas em ações políticas não convencionais - como passeatas, greves ilegais, boicotes e ocupações-, aumentaram entre os países pesquisados. Ribeiro sustenta também tal afirmativa para o caso brasileiro, ao analisar os dados nacionais. Mas, faz ressalvas e salienta nuances, como a necessidade de uma participação mais ativa dos atores políticos no âmbito da cultura política nacional, por exemplo, em direção a uma maior fiscalização das políticas públicas, do bem-estar e de melhor distribuição de renda.

Ainda usando como base a análise dos dados do projeto World Values Survey, Ribeiro afirma que a priorização de objetivos pós-materialistas estaria associada à dimensão difusa de valores e atitudes que compõem a cultura política da população nacional. Elementos como a situação econômica e a desigualdade são analisados pelo autor, como tentativas de explicar a mudança nas prioridades valorativas.

Os dados usados por Ribeiro indicam que os pós-materialistas não só escolheram a democracia como melhor forma de governo, como também rejeitam mais as situações políticas que impedem as condições necessárias ao seu funcionamento adequado.

O autor constata uma associação positiva, no contexto nacional, entre o índice de materialismo/pós-materialismo e avaliações favoráveis sobre o processo democrático, levando em consideração os seus efeitos sobre a economia, a tomada de decisões e a ordem social. Assim, nos capítulos seguintes, ele valida a hipótese de Inglehart, de associação entre pós-materialismo e orientações pró-democracia. Ednaldo Ribeiro nos mostra que essa associação não ocorre apenas entre países com uma industrialização mais avançada, onde a síndrome de valores pós-materialistas se manifesta com maior intensidade.

O livro “Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil” usa uma escrita de fácil entendimento. A metodologia empregada é ilustrada passo a passo ao leitor, no transcorrer de todo o livro, com tabelas e gráficos. Ao contrário do que se possa parecer, a quantidade utilizada destes recursos, no caso do livro de Ribeiro, tende a facilitar a compreensão e a visualização do panorama geral dos resultados encontrados por ele. Seu livro se torna, assim, uma leitura no mínimo interessante para os mais leigos e é de fato uma importante referência de caráter culturalista para a ciência política, abrindo portas para identificações de possíveis tendências de desenvolvimento futuro, a médio e longo prazo, no que diz respeito ao cenário da cultura política nacional.

Referência

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Eduem, 2011.

COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Cristina Ponte é professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa. Tem doutorado em Ciências da Comunicação e agregação em Estudos dos Media e do Jornalismo.

Cyrana Borges é graduada em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Atualmente trabalha na Editora do Centro de Apoio a Educação à Distância da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ednaldo Aparecido Ribeiro possui doutorado em sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professor Adjunto de Ciência Política da Universidade Estadual de Maringá.

Eduardo Meira Zauli é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Departamento de Ciência Política da UFMG.

Marcello Baquero possui doutorado em Ciência Política na Florida State University, pós-doutorado no Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, Argentina e pós doutorado na Universidade de Sussex, Inglaterra. É Coordenador do Núcleo de pesquisa Sobre América Latina e Editor Executivo da Revista Debates. Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Maria José Brites é doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT. Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ), é assistente na Universidade Lusófona do Porto, desde 2008.

Max Stabile é cientista político e mestrando pela Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Pesquisa em Democracia Digital do Instituto de Ciência Política, pesquisador do Laboratório de Comportamento Político Instituições Políticas e Políticas Públicas (LAPCIPP) e um dos criadores do site Metodologia em Ciência Política (<http://metodologiapolitica.com>).

Rute Baquero possui doutorado (Doctor Of Philosophy) pela Florida State University. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, consultora ad hoc da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico, da CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.